



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
PROGRAMA DE RESIDÊNCIA JURÍDICA
3º. EXAME DE SELEÇÃO – PROVA DISCURSIVA – 18.06.2011

DIREITO CONSTITUCIONAL

- 1- O Tribunal de Contas do Estado (TCE) instaura procedimento de Tomada de Contas Especial buscando o ressarcimento aos cofres públicos por suposto superfaturamento na compra, por sociedade empresária privada, de maquinário industrial. Segundo a auditoria do TCE, referida compra deu-se com valores acima do mercado e sequer foi acompanhada de pesquisa de preço, desrespeitando o regime de execução contratual imposto ao Poder Público. Considerando que referida sociedade recebeu recursos públicos decorrentes de contrato de financiamento público para construção de parque industrial, responda objetivamente: é correta a pretensão da Corte? (50 pontos)
- 2- Existe hierarquia entre decreto presidencial e resolução de agência reguladora federal? (50 pontos)

DIREITO ADMINISTRATIVO

- 1- Com a reforma de arena esportiva de propriedade do Estado, os assentos instalados na arquibancada são removidos e não serão reaproveitados após a conclusão dos trabalhos.

Indaga-se: é possível a doação de tais assentos aos clubes esportivos com sede no mesmo Estado? (50 pontos)

- 2- Qual a distinção entre contrato de programa e contrato de rateio nos consórcios públicos? (50 pontos)

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

- 1- Existe algum meio processual cabível para que o Estado evite lesão grave e de difícil reparação, em processo cuja tramitação esteja suspensa, enquanto se aguarda exame e julgamento de processo repetitivo no Superior Tribunal de Justiça? (50 pontos)
- 2- Após o ajuizamento de ação civil pública em face do Estado do Rio de Janeiro, o juiz de primeiro grau antecipa, *inaudita altera pars*, os efeitos da tutela jurisdicional pretendida, para os fins de determinar a disponibilização de leitos em unidades hospitalares da rede estadual de saúde, bem como a contratação imediata de médicos em virtude de um surto de dengue.

Comente **exclusivamente** os aspectos processuais pertinentes à decisão e aos meios de impugnação a serem apresentados na defesa do Estado do Rio de Janeiro, apontando as questões processuais envolvidas. (50 pontos)